

AS AÇÕES DO PODER PÚBLICO COMO AGENTE MODIFICADOR DO ESPAÇO TURÍSTICO NAS LOCALIDADES DE AREMBEPE E IMBASSAÍ-BAHIA.

Fernanda Gonçalves de Brito¹; Telma Maria Sousa dos Santos²

1. Bolsista PROBIC/UEFS, Universidade Estadual de Feira de Santana, Graduando em Geografia, e-mail: nandageo.brito@gmail.com

2. Orientadora, Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Ciências humanas e Filosofia, e-mail: telmaarq@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Poder público, Urbanização, Espaço Turístico.

INTRODUÇÃO

A atividade turística, prática social que consome e transforma o espaço geográfico, configura-se hoje como um vetor propulsor de crescimento econômico para as destinações turísticas despertando assim, o interesse do poder público em suas diferentes instâncias. O crescimento da atividade turística no Litoral Norte da Bahia surge a partir da abertura de vias de acesso, Estrada do Coco e Linha Verde BA – 099 o que permitiu uma nova lógica de consumo na região. Algumas localidades como Arembepe e posteriormente Imbassaí, antigas vilas de pescadores tornam-se locais destinados à segunda residência e espaços de lazer atraindo pessoas da capital – Salvador e de municípios vizinhos, bem como turistas de outros estados e do estrangeiro. A transformação destas localidades em espaços potenciais de consumo para realização de atividades de lazer e recreação possibilitou posteriormente uma gama de investimentos no setor hoteleiro, fomentando assim, o desenvolvimento do turismo na região.

Notoriamente, o Litoral Norte da Bahia perpassa por um processo de urbanização particularmente voltado para atender a lógica do turismo e uma dinâmica socioespacial ligada ao consumo do lazer. Assim, configura-se como foco da pesquisa a compreensão acerca da atuação do poder público estadual e municipal enquanto agente produtor do espaço urbano-turístico nas localidades Arembepe e Imbassaí, visto que tais ações implicam em modificações significativas na organização social e espacial da área de estudo. Para atingir o objetivo proposto, foi necessário identificar os projetos desenvolvidos pelo poder público para a produção do espaço urbano-turístico nas localidades investigadas; assim como verificar a participação do empresariado local no processo de elaboração dos projetos de revitalização urbana; e por fim, identificar e mapear as áreas transformadas.

O interesse da Geografia pela análise do fenômeno turístico justifica-se pela ocupação, transformação e consumo do espaço, assim como os tipos de deslocamentos, as relações sociais e os impactos socioambientais ocasionados nos destinos turísticos (IGNARRA, 2003). Deste modo, analisar o turismo sobre a perspectiva de um fenômeno social e complexo requer o conhecimento geográfico, pois este embasa o entendimento a acerca das transformações que a atividade turística ocasiona no espaço geográfico. A relevância deste estudo, em investigar as implicações decorrentes da ação do Estado para dinamizar o turismo local, se dá pelo fato de que a atividade turística é um fenômeno que em sua gênese transforma o espaço, pois é uma prática social baseada no consumo do espaço geográfico pelos turistas.

METODOLOGIA

A escolha da metodologia de cunho qualitativo para a realização desta pesquisa justifica-se pela possibilidade de compreender a realidade, a partir da interação do investigador com os sujeitos da pesquisa, valorizando suas experiências com o problema da

pesquisa, pois as complexidades dos fenômenos sociais não podem ser simplesmente descritos a partir de leis universais. Deste modo, ao interpretar os fenômenos e atribuir-lhes significados, as informações obtidas não podem ser quantificáveis e sua análise será feita indutivamente (DENKER, 1998). Numa perspectiva analítica e exploratória, a pesquisa visou identificar quais são e como atuam os agentes modificadores do espaço urbano-turístico nas localidades de Arembepe e Imbassaí, assim como verificar a articulação do poder público e iniciativa privada, representada pelos empresários locais de ambas as localidades, no processo de urbanização turística.

Para realizar o estudo proposto foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: Pesquisa bibliográfica e documental, coleta sistemática de dados primários, tabulação e análise dos dados coletados, elaboração e apresentação dos resultados atingidos através de relatório final de pesquisa. A etapa de pesquisa bibliográfica em gabinete possibilitou a construção do embasamento teórico referente à produção do espaço urbano-turístico, os processos espaciais e a dinâmica de atuação dos principais agentes sociais modificadores do espaço urbano-turístico, sobretudo o poder público, foco desta análise. Além disso, a pesquisa documental em órgãos públicos, sites oficiais, e o levantamento dos projetos e ações para as localidades nos órgãos responsáveis foram imprescindíveis para compreender a atuação do Estado no processo de urbanização turística da área de estudo.

Posteriormente, através pesquisa de campo e visita técnica foi possível identificar, observar, registrar as áreas transformadas, bem como verificar a atuação da iniciativa privada local e sua articulação com o poder público no processo de elaboração dos projetos urbanísticos executados. Os instrumentos de coleta de dados adotados para investigação da problemática foram entrevista semiestruturada com representantes do poder público e questionários aplicados junto à iniciativa privada local, e por fim a tabulação e análise dos dados coletados que fundamentaram a conseguinte elaboração do relatório final de pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As ações do poder público para o desenvolvimento urbano-turístico das localidades de Arembepe e Imbassaí estão atreladas às melhorias na infraestrutura urbana e, sobretudo, na imagem destes espaços enquanto produto turístico visto que o Litoral Norte da Bahia é um dos principais destinos turísticos do estado.

O município de Mata de São João se preocupa há anos com a atividade turística, a iniciativa partiu do desenvolvimento do seu principal destino indutor de turistas para o entorno, Praia do Forte, que apresenta uma notável diversificação de serviços. Os investimentos realizados em Imbassaí pelo governo estadual, através dos recursos do Programa de Ação e Desenvolvimento do Turismo no Nordeste II (Prodetur-Ne II) para revitalização urbana se configura como uma tentativa de elevar a infraestrutura básica e turística oferecida na localidade no nível de Praia do Forte. As ações do poder municipal de Camaçari na localidade de Arembepe ocorrem no sentido de buscar competitividade em relação à Mata de São João e aos demais espaços turísticos do Litoral Norte.

As intervenções realizadas em Arembepe têm como principal agente modificador o Estado, na instância do poder municipal, com o objetivo revitalizar alguns espaços urbanos a fim de fortalecer o turismo local. Além do processo de revitalização dos principais espaços de convivência, como as praças e o campo de futebol, também foram construídos novos equipamentos urbanos em espaços vazios ou subaproveitados, com o intuito de melhor explorar o potencial turístico da localidade.

De forma geral, as intervenções urbanísticas ocorridas em Arembepe se concentram principalmente nas áreas centrais. Na área da Aldeia Hippie, importante ponto turístico da localidade, dentre as intervenções previstas no projeto, pouquíssimas foram concretizadas se restringindo apenas a recuperação das coberturas de algumas moradias e do pequeno

restaurante, intervenções na associação de moradores e construção do pórtico de madeira. O local ainda não possui rede de esgoto, um grande risco ambiental para o ambiente fluvial e alagadiço no qual está situada, nem tão poucas intervenções no quesito da segurança, principalmente na via de acesso à Aldeia onde não há pavimentação e a iluminação é precária.

As modificações urbanas nas praças centrais (Praça dos Coqueiros e Praça das Amendoeiras) provocaram uma notável alteração também da dinâmica socioespacial nos referidos espaços públicos gerando conflitos entre poder público e comunidade local. O fato do tráfego de veículos serem limitados nos trechos das praças principais e as consequentes alterações na dinâmica do fluxo de veículos, transeuntes e de seus usos públicos contrariou parte dos comerciantes, pois a queda na lucratividade dos empreendimentos locais tem sido atribuída à retirada do estacionamento da Praça das Amendoeiras. Assim, após a intervenção a Praça dos Coqueiros passou a abrigar um maior fluxo de pessoas, em detrimento da Praça das Amendoeiras, principalmente à noite, pois no local a concentração de barzinhos é bem maior.

Em Imbassaí, a necessidade de intervenção através do programa Prodetur-Ne II foi diagnosticada devido à situação de carência em infraestrutura básica na localidade como um todo. Não havia urbanização no local, as condições das vias e caminhos eram precárias devido à falta de calçamento tornando o tráfego de pedestres e veículos desordenados. As ações previstas priorizavam também o ordenamento espacial e a acessibilidade à praia pelo Rio Imbassaí. Assim, o processo de urbanização empreendido em Imbassaí envolve implicações paisagísticas, mas também funcionais, com o intuito de elevar o padrão urbanístico e turístico da localidade. Deste modo, o Governo do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), executou o projeto de revitalização de Imbassaí a fim de viabilizar a prática turística e proporcionar melhoria nas condições sociais dos moradores, além de oferecer uma melhor infraestrutura de apoio ao desenvolvimento turístico. Além das intervenções urbanísticas voltadas para o turismo como a construção do calçadão e ciclovia, revitalização e construção de praças, foi implantada na localidade infraestrutura básica de água, esgoto, drenagem pluvial a fim de viabilizar uma melhor qualidade de vida da população, obras básicas importantes também para atender a demanda de conforto para os turistas.

Cabe ainda ressaltar que a população das localidades estudadas essencialmente vive de atividades econômicas ligadas ao setor turístico, ou seja, o setor de serviços em contraponto às atividades tradicionais de pesca anteriormente predominantes na região. Neste sentido, há a necessidade de investir na qualificação profissional da população local, pelo poder público e privado, a fim de diversificar as oportunidades de emprego e renda dos residentes no período de baixa estação, quando ocorre uma diminuição significativa do fluxo de visitantes e turistas, e por demanda de serviços e mercadorias gerados pela dinâmica do turismo em Arembepe e Imbassaí.

A questão ambiental, do mesmo modo, surge como uma preocupação da iniciativa privada em ambas as localidades. Em Arembepe, a utilização do Rio Capivara para o lazer é feita de forma desordenada, e não há nenhum indício do poder público em implantar equipamentos propriamente turísticos no local. A questão do lixo nas áreas ocupadas próximas ao rio, lagoas e praias é outro agravante em relação à sustentabilidade dos recursos naturais, principais atrativos turísticos de Arembepe. No caso de Imbassaí, a própria ocupação urbana desordenada no entorno do Rio Imbassaí, e sua utilização para emissão dos efluentes, pois a localidade não dispunha de sistema de saneamento básico, provocaram impactos à qualidade da água. Apesar da ocupação urbana já ter avançado sobre as margens do rio anteriormente à execução das obras de urbanização, a proximidade da ciclovia com o curso do rio requer estudos que avaliem os prováveis impactos e condições ambientais a fim de implantar ações de revitalização para este recurso natural, importante atrativo turístico utilizado por turistas e residentes. Assim, é notória a necessidade de implementação de

programas de conscientização e revitalização ambiental pelos poderes públicos local e estadual, com vistas a incentivar uma prática turística sustentável nas localidades investigadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das ações do Estado empreendidas em Arembepe e Imbassaí, podemos concluir que as intervenções urbanísticas em Arembepe estão mais concentradas nos espaços centrais da localidade, visto que o projeto executado visava dinamizar o turismo e o comércio local, assim não foram priorizadas obras relacionadas à infraestrutura básica. Contudo, houveram melhorias no embelezamento e oferta de espaços de convivência, em detrimento de algumas necessidades básicas da população que ainda precisam ser sanadas no âmbito da educação, saúde, e saneamento básico tanto em áreas periféricas como ainda em algumas áreas centrais, visto que esta é uma reivindicação aclamada pelos próprios residentes.

Entretanto, em Imbassaí o projeto estava pautado fundamentalmente nos aspectos de infraestrutura básica como calçamento das vias de acesso, drenagem pluvial, saneamento básico e abastecimento de água, que atendem as necessidades dos moradores e concomitantemente servirão de suporte para prática turística, bem como revitalização e construção de praças e espaços de contemplação da natureza como o calçadão e a ciclovia, equipamentos especificamente voltados para atividade turística.

A partir das análises realizadas, os resultados finais da pesquisa expressam que o Estado atua como um agente hegemônico na modificação do espaço urbano-turístico das localidades estudadas. Apesar da participação da comunidade local nas audiências públicas realizadas pelo poder público, percebe-se que as intervenções ocasionaram benefícios urbanísticos e infraestruturais nas localidades, mas também gerou conflitos em relação à satisfação da comunidade local (representados pela iniciativa privada) com as intervenções, especialmente em Arembepe (57%), ao contrário do que ocorre em Imbassaí (80%), todavia o nível de satisfação em Arembepe ainda está acima de 50%.

Assim, a atuação do Estado enquanto agente modificador do espaço urbano-turístico deve pautar-se no desenvolvimento econômico e, sobretudo social das localidades turísticas, no que tange uma melhor qualidade de vida dos residentes, ou seja, que as ações a serem executadas pelo poder público devem sempre estar em conformidade com a satisfação das necessidades básicas e do bem estar da comunidade autóctone, visto que provocam impactos na dinâmica socioespacial das destinações turísticas. Neste contexto, o poder público local e iniciativa privada devem avaliar tanto os benefícios socioeconômicos almejados quanto os impactos causados no âmbito dos recursos naturais e culturais, e principalmente intervir no espaço urbano-turístico de forma que suas ações corroborem para um desenvolvimento equilibrado do turismo para atender tanto turistas quanto residentes.

REFERÊNCIAS

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Disponível em:<www.conder.ba.gov.br/>.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 7ª ed. São Paulo: Futura, 1998.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Thompson, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI. Disponível em: <<http://www.camacari.ba.gov.br/>>.